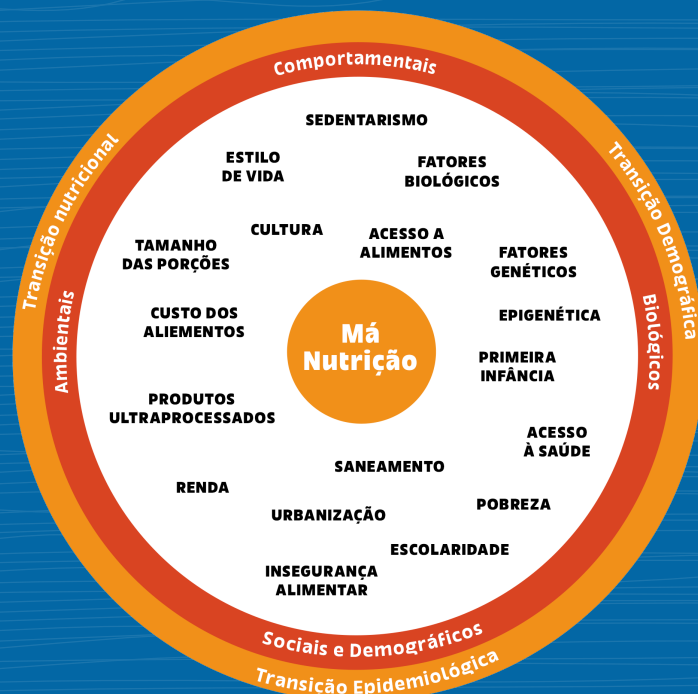


Muito mais do que uma questão de **escolha individual ou estilo de vida**, os diferentes tipos de má nutrição ocorrem a partir dos determinantes sinérgicos. São fatores ambientais, comportamentais, biológicos, sociais e demográficos que coexistem e interagem entre si, influenciando – de forma positiva ou negativa – o surgimento das diversas formas de má nutrição:



Esses determinantes mostram que a situação nutricional dos indivíduos e coletividades não se trata apenas de escolhas individuais, mas que é algo de determinação complexa. É fundamental que os profissionais e gestores tenham essa compreensão para planejar e realizar ações estratégicas e efetivas de acordo com as singularidades dos sujeitos e as especificidades dos diferentes territórios.



POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Acesse a PNAN:



MINISTÉRIO DA SAÚDE



MINISTÉRIO DA SAÚDE



Prevenção e Tratamento
das Formas de Má Nutrição

PNAN, SUS e SAN



BRASÍLIA – DF
2024

Múltiplas Formas de má nutrição: do que estamos falando?

Má nutrição é o resultado da deficiência, **excesso ou desequilíbrio** na ingestão de energia e/ou nutrientes, em relação às necessidades de uma pessoa. Este termo abrange dois grandes grupos de condições historicamente abordados e estudados de forma distinta:

Desnutrição,

que inclui baixa estatura, magreza e deficiências de micronutrientes (falta de vitaminas e minerais – também presente em casos de sobrepeso e obesidade)

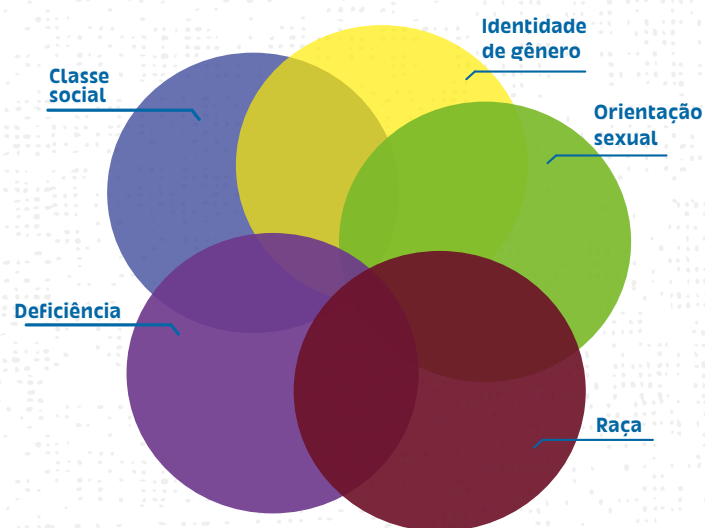
Sobrepeso,

obesidade e demais doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) relacionadas à alimentação, como doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes

O caminho não é igual para todos

As **desigualdades econômicas, raciais, sexuais e de gênero** determinam o processo saúde-doença da população brasileira. A população negra, por exemplo, tem maior prevalência dos diferentes tipos de má nutrição quando comparada à população branca. Evidências indicam que pessoas negras, devido ao racismo estrutural que determina experiências desiguais nos processos de saúde-doença-cuidado, estão expostas a situações de maior vulnerabilidade social.

Portanto, ao organizar as **ações de alimentação e nutrição**, é preciso adotar uma abordagem baseada nos marcadores sociais que expõem a sobreposição de desigualdades e discriminações que afetam a situação alimentar e nutricional de populações, com o compromisso de agir para o enfrentamento das iniquidades em saúde. Alguns fatores podem aproximar ou distanciar os indivíduos das condições de má nutrição:



Conhecer os determinantes sinérgicos e as vulnerabilidades envolvidas favorece a **organização dos cuidados em alimentação e nutrição** para o enfrentamento das múltiplas formas de má nutrição.

Os indicadores da vigilância alimentar e nutricional (VAN) são estratégicos para o direcionamento das ações de prevenção de doenças e de promoção da saúde, seja dentro da Unidade Básica de Saúde ou na comunidade.

São diversos os cuidados que compõem a atenção nutricional e que devem ser estruturados nos serviços e nos processos de trabalho:

Conjunto de cuidados em Alimentação e Nutrição que compõem a Atenção Nutricional no SUS



Acesse a publicação: **"Matriz para organização dos cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde"**. Ela aponta caminhos para que esses cuidados considerem as singularidades e autonomia dos sujeitos e que sejam contextualizados com a realidade local.

Os (As) profissionais de saúde devem promover um cuidado emancipador junto aos sujeitos, permitindo que sejam "agentes" e não "pacientes" nas práticas de cuidado.

A partir de uma escuta ativa e de uma postura sem preconceitos e estigmas, compreende-se o que a má nutrição significa para a pessoa, quais os campos de vida influenciam a condição e de que forma impacta a rotina.

Essa troca permite trabalhar com base nas vivências e saberes do indivíduo para, daí, produzir novos saberes em saúde, construindo um elo com seus projetos de vida. Assim, a prevenção ou o tratamento da má nutrição será mais significativo quando comparado a uma prescrição padronizada num receituário, por exemplo.

A PNAN, o SUS e a Segurança Alimentar e Nutricional

A alimentação é um direito e o SUS a reconhece como um determinante e condicionante da saúde. A PNAN defende a interdependência entre os direitos à saúde, à alimentação adequada, unindo os propósitos do SUS aos do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



Os serviços de saúde não têm capacidade de dar respostas às questões estruturais necessárias para garantir a toda a população os direitos à saúde e à alimentação adequada.

É fundamental que no âmbito da gestão federal, estadual e municipal sejam definidos mecanismos de articulação e cooperação intersetorial, como as Câmaras Intersetoriais de SAN (CAISAN).

A articulação intersetorial também precisa ocorrer nos territórios de atuação das equipes de Atenção Primária à Saúde. O modelo de organização da Estratégia Saúde da Família (ESF) pode potencializar as ações de base comunitária, articulando as ações realizadas nas Unidades Básicas de Saúde a outros serviços de políticas públicas municipais, além de organizações e movimentos sociais dos territórios.

Além do SUS e do SISAN, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem papel fundamental promovendo proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos das pessoas mais vulnerabilizadas.

A Portaria Interministerial MDS/MS Nº 25, de 1º de setembro de 2023, é a primeira normativa que integra e articula SUS, SUAS e SISAN, estabelecendo orientações para gestores(as) e profissionais acerca do cuidado de indivíduos e famílias em situação de insegurança alimentar.

O contexto da intersectorialidade estimula e requer mecanismos de participação social!

O SUS tem uma essência democrática e participativa, sendo parte do seu funcionamento a prática de controle social nos Conselhos e Conferências de Saúde. Esses espaços são privilegiados para reafirmar e ampliar a discussão sobre a implementação da PNAN, apontando avanços e desafios.

A implementação da PNAN deve ser acompanhada especialmente pelas Câmaras Intersetoriais de Alimentação de Nutrição (CIAN) dos Conselhos de Saúde, que devem promover o diálogo entre representantes de diferentes setores. Outros espaços, como os Conselhos e Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional também constroem as demandas da sociedade civil sobre a PNAN, visando a cooperação do SUS com o SISAN.

A participação social ajuda a construção de planos de governo pautados pelas necessidades prioritárias da população, norteados a implementação de políticas e estratégias que impactem na melhoria das condições de vida.

